

CARMO, Matheus da Silva*

<https://orcid.org/0000-0003-0076-5866>

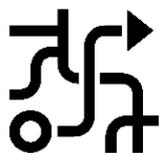
RESUMO: Dentro da deontologia própria do fazer historiográfico, a análise das fontes constitui-se como um ponto de partida para a compreensão de qualquer temporalidade histórica. Isso faz que a documentação tenha uma grande centralidade na pesquisa historiográfica. Além da documentação, o historiador precisa de métodos de pesquisa que lhe possibilitem extrair o máximo de informações possíveis da sua documentação. No que tange a História Antiga de Israel e Judá, a Bíblia Hebraica pode ser considerada como documentação histórica pertinente para o historiador, visto que ela dispõe de muitas informações pertinentes sobre as referidas sociedades na antiguidade. Todavia, o historiador precisa aplicar ao texto bíblico metodologias de análise históricas objetivando o melhor trato com sua documentação. Nesse sentido, a História não compreende o texto bíblico como sagrado ou inerrante, mas como qualquer outra fonte produzida pelo mundo antigo. Com base nessa questão, o presente artigo se propõe em fazer alguns apontamentos sobre as metodologias cabíveis ao historiador que deseja usar o texto bíblico como documentação histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Bíblia Hebraica; Israel e Judá; documentação; metodologia

ABSTRACT: Within the deontology of historiographical making, the analysis of sources constitutes a starting point for the understanding of any historical temporality. This makes documentation a major focus in historiographical research. In addition to documentation, the historian needs research methods that enable him to extract as much information as possible from his documentation. Regarding the Ancient History of Israel and Judah, the Hebrew Bible can be considered as historical documentation pertinent to the historian, since it has much pertinent information about these societies in antiquity. However, the historian must apply to the biblical text methodologies of historical analysis aiming at the best treatment with its documentation. In this sense, history does not understand the biblical text as sacred or inerrant, but as any other source produced by the ancient world. Based on this question, this article proposes to make some notes on the methodologies applicable to the historian who wants to use the biblical text as historical documentation.

KEYWORDS: Hebrew Bible; Israel and Judah; documentation; methodology.

* Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Bacharel em História, especialista em Ciência da Religião e bacharelado em Ciência da Religião pela mesma instituição. Especialista em História Antiga e Medieval pela UERJ. Possui experiência nas áreas de História e Ciência da Religião com ênfase em História Antiga Oriental, se dedicando principalmente ao estudo da antiguidade de Israel e Judá. Estuda também as religiões do Antigo Oriente Próximo e temas relacionados com o Antigo Testamento.



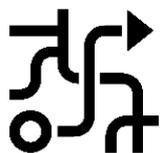
INTRODUÇÃO

A documentação é uma peça fundamental no desenvolvimento da pesquisa histórica, por meio dela, o historiador consegue fazer uma leitura crítica de certos pressupostos do passado histórico. Nesse sentido, qualquer pesquisa histórica contemporânea partirá da pesquisa documental. Outro ponto muito importante na pesquisa histórica paira na questão da metodologia, visto que não basta ter uma documentação, é preciso saber o que fazer com ela. Nesse viés, o método de pesquisa histórica é outro pilar fundamental para que o historiador possa melhor compreender sua documentação.

O presente artigo tem como objetivo versar sobre o uso do texto bíblico¹ como documentação histórica para o estudo da antiguidade de Israel e Judá. Enfatizamos que existe um profundo debate sobre a possibilidade, ou não, de ver o texto bíblico como documentação, entretanto, partimos do pressuposto da ampliação do entendimento documental efetuado pelos historiadores vinculados a escola dos Annales para conceber que o texto bíblico como documentação. Seria metodologicamente incorreto desconsiderarmos o texto bíblico no estudo da antiguidade de Israel e Judá, uma vez que ele é o principal repositório de informações sobre estes na antiguidade. Mas, como qualquer outra documentação, é preciso que o historiador tenha uma metodologia de análise documental muito bem delimitada, objetivando reter da documentação o máximo de informações possível.

Nesse sentido, propomos nesse artigo três pontos de partida para a confecção de uma metodologia de análise documental do texto bíblico: 1- comparação entre texto bíblico e documentação extrabíblica, sempre que possível. 2- compreensão dos textos dentro do seu contexto de produção. 3- Diferenciação entre tempo da narrativa e tempo do narrado. Como veremos, a aplicação de tais pressupostos pode ajudar o historiador a compreender melhor não só o texto bíblico em si, mas também os agentes históricos que o produziram. Então, não negamos a utilização do texto bíblico como documentação histórica, mas propomos algumas metodologias de análise documental para o seu melhor entendimento como tal.

¹ No presente trabalho, versaremos exclusivamente sobre o uso do texto bíblico da Bíblia Hebraica como documentação para a História Antiga de Israel e Judá. A compreensão sobre a utilização dos textos do Novo Testamento sobre documentação histórica pode ser melhor elucidada em um estudo posterior.



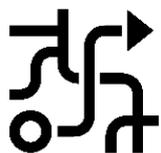
DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA: UMA BREVE CONCEITUALIZAÇÃO

De acordo com o célebre historiador francês Marc Bloch, a História é a ciência que estuda a ação do homem no tempo (BLOCH, 2001, p. 55). Ou seja, o historiador se preocupa em estudar a ação humana nas mais diversas temporalidades históricas. Mas, uma questão preponderante para a pesquisa histórica é: como o historiador pode ter acesso ao seu objeto de pesquisa? A resposta para tal indagação é que o historiador consegue estudar uma determinada temporalidade através da documentação histórica disponível para aquele período. Com base nisso, podemos definir documentação histórica da seguinte maneira:

As fontes [documentação] históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo que esse sirva de sinalização aos caminhantes em certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta — em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural (BARROS, 2019, p. 1).

Documentação Histórica pode ser considerada como vestígios- desde os mais simples até os mais complexos - que os homens deixaram - de modo intencional ou não - e que acabam por registrar características centrais referentes ao modo de vida, estrutura social e/ou política, existente em uma determinada temporalidade histórica. A documentação histórica permite que o historiador extraia dela informações muito relevantes sobre o recorte temporal estudado. Ainda, podemos dizer que a documentação histórica é aquilo que fica preservado da ação dos homens no tempo, e por meio deles, o historiador consegue compreender, de modo crítico, essa ação.

Desde que a História se constituiu enquanto Ciência no século XIX, diversas escolas se debruçaram sobre o principal objeto de pesquisa do historiador, a saber, o documento histórico. Uma das primeiras grandes escolas historiográficas foi a historiografia positivista alemã, que teve como grande expoente Leopold von Ranke. A historiografia positivista fez o documento textual triunfar, pois o documento escrito seria, dentro dessa perspectiva, uma espécie de prova histórica daquilo que “realmente havia acontecido” (LE GOFF, 1996, p. 539). Os positivistas privilegiavam documentos escritos



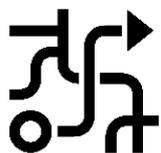
oficiais dos reinos, pois consideravam que os mesmos gozariam de maior precisão histórica.

O papel do historiador, dentro da compreensão positivista, seria tirar do documento as suas informações por ele fornecidas e não acrescentar nada (LE GOFF, 1996). Eles tinham um grande apreço pelo aporte documental na pesquisa histórica e conferiam a ele centralidade. Por mais, posteriormente, houveram críticas aos positivistas e ao seu método de pesquisa histórico, o legado desse grupo foi que “todo o historiador que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso do documento” (LE GOFF, 1996, p. 465). Ou seja, por mais que outras escolas historiográficas tenham ampliado os pressupostos metodológicos da pesquisa histórica, a análise documental converteu-se em um fator primordial para qualquer trabalho histórico.

A Escola dos Annales, fundada em 1929 na França, ampliou a concepção dos positivistas sobre a natureza dos documentos. O historiador poderia usar documentos escritos, mas não deveria apenas se ater a eles. Qualquer outro material que possa fornecer informações sobre o passado humano passou a ser considerado como documentação histórica e não somente as documentações escritas oficiais (BARROS, 2019, p. 2). Até mesmo documentações imateriais, como história oral e representações pictóricas, são consideradas pertinentes para a pesquisa histórica.

Outro ponto que merece atenção na proposta dos Annales é sobre a proeminência que foi dada ao historiador, uma vez que este deve ser o agente que faz o documento “falar”, ao fornecer informações que ele não “falaria sozinho”, por meio da sua análise. Cabe ao historiador questionar o seu documento e buscar nele respostas para suas perguntas, bem como referências pertinentes para sua pesquisa. O historiador, nesse sentido, deixa de ser um agente passivo diante do documento e passa a ser um agente ativo, uma vez que, passa a desconfiar do documento e a interroga-lo, tentando tirar dele o maior número de informações possíveis:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem [...] toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreaajuda que supre a ausência do documento escrito? (FEBVRE, 1949, p. 438)



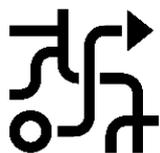
Devemos, com isso, entender a dupla contribuição dos Annales no que tange a ampliação da concepção de documento e também na proeminência do historiador. Sendo a concepção de documentos históricos ampliados para além de textos escritos, a História ganhou uma leva muito maior de materiais para a análise histórica. Ademais, tais materiais devem ser analisados pelo historiador que, nesse sentido, tem a tarefa de extrair dos documentos informações que estão explícitas e implícitas. Então, a grande questão que se coloca na pesquisa histórica diz respeito aos métodos de pesquisa que serão empregados.

Para conseguir extrair as informações que estão explícitas e implícitas em uma determinada documentação, o historiador terá de lançar mão de um aparelho metodológico eficaz para tal objetivo². Para cada documentação escolhida em sua pesquisa, o historiador deverá usar uma metodologia própria. Isso exige um cuidado para que sua metodologia de pesquisa seja condizente com a documentação por ele analisada. A metodologia é a forma pela qual o historiador lidará com o documento que a ele se apresenta. Por meio da metodologia, o historiador interroga o seu documento, fazendo-o falar.

Em qualquer projeto de pós-graduação (mestrado e doutorado) em História, haverá a seção “metodologia e fontes”, onde espera-se do candidato a apresentação das fontes que usará para efetuar sua pesquisa, bem como a metodologia de análise da documentação histórica. Isso demonstra não apenas a preocupação com a documentação histórica em si, mas também na metodologia que será empregada na pesquisa. Documentação e metodologia constituem dois dos principais eixos centrais que constituem a pesquisa histórica.

Com base no que foi exposto acima, salientamos que a pesquisa histórica vigente conta com esse duplo aspecto: a ampliação daquilo que pode ser entendido como documento histórico, não se atendo mais somente a textos escritos oficiais e também na

² “Método de uma determinada forma de conhecimento será, pois, o conjunto de prescrições que devem ser observadas e de decisões que devem ser tomadas em certa disciplina para garantir, na medida do possível, um conhecimento adequado de seu objeto” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 92). Doravante, uma metodologia de pesquisa histórica pode ser definida como os meios de análise pelos quais o historiador lida com o seu objeto de pesquisa. Tais meios são oriundos não apenas da decisão particular do historiador ou do seu gosto, mas também das possibilidades apresentadas pelos próprios documentos.



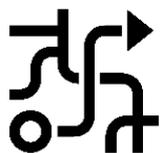
proeminência dada ao historiador considerando-o como agente ativo na pesquisa histórica como aquele que extrai dos documentos as informações- explícitas ou implícitas- que são pertinentes para a pesquisa histórica. Tais pontos serão fundamentais no decorrer desse trabalho, porque nos propomos a fazer uma análise sobre possibilidade de uso da Bíblia Hebraica como documentação histórica bem como apontarmos possíveis metodologias de análise para pesquisas históricas que usem o texto bíblico como documentação histórica.

SEMINÁRIO EUROPEU SOBRE METODOLOGIA HISTÓRICA

Um ponto que merece destaque é que o estudo sobre a História Antiga de Israel e Judá esteve muito marcado pela presença de teólogos e arqueólogos e não de historiadores. Nesse sentido, muitos dos debates historiográficos sobre teoria e metodologia de pesquisa histórica não chegaram à pesquisa sobre Israel e Judá na antiguidade (BERLESI, 2015, p. 44). Isso também se aplica, em certa medida, ao debate em torno das documentações e metodologias de análise documental aplicadas ao estudo da referida temporalidade.

Neste viés, o Seminário Europeu de Metodologia Histórica realizado em 1996 em Dublin, na Irlanda, representa um marco importante para o debate histórico em torno da História de Israel e Judá, visto que tentou trazer pressupostos da ciência histórica para o debate referente a antiguidade israelita e judaíta. Um dos principais pontos debatidos no referido seminário foi sobre a possibilidade de uso da Bíblia Hebraica como documentação histórica referente a antiguidade de Israel e Judá. Como vimos anteriormente, a documentação é um fator fundamental para que o historiador pesquise a temporalidade por ele desejada. Por isso, houve um enfoque sobre as questões referentes ao uso da Bíblia Hebraica como documentação. Muitos dos pesquisadores presentes no seminário se colocaram de modo crítico sobre tal possibilidade:

[Muitos pesquisadores] contestaram fortemente a validade do texto bíblico para um estudo acadêmico do Israel antigo apontando para uma história de Israel centrada essencialmente nas evidências epigráficas e arqueológicas e isso deveu-se a uma razão muito simples: as referidas evidências são contemporâneas aos fatos ao passo que o texto bíblico é, na grande maioria dos casos, muito posterior aos eventos; desse modo, como é possível preservar-se informação de pertinência histórica com uma larga distância temporal entre o evento e o relato? (BERLESI, 2015, p. 44)



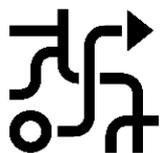
Com isso, vemos que uma das principais premissas encarnadas por essa linha interpretativa- de rejeição do texto bíblico como documentação histórica estaria no fato de muitos dos textos se constituírem como fontes secundárias e não primárias. Ou seja, tais textos teriam sido escritos anos e/ou séculos depois dos acontecimentos por eles elucidados. Outro ponto que foi muito debatido no Seminário foi sobre a forte carga ideológica do texto bíblico. Isso também dificultaria na sua utilização como documentação histórica, visto que eles teriam sido escritos não com o objetivo de fornecer informações factuais, mas com objetivos ideológicos, sobretudo dos grupos dominantes.

Dessarte, tal posição não foi unânime, pois ainda haviam pesquisadores que consideravam as informações trazidas pela Bíblia Hebraica dignas de confiabilidade histórica (BERLESI, 2015, p. 50). Isso gerou um embate acadêmico entre os chamados “maximalistas” e os “minimalistas”. O debate aberto entre maximalistas e minimalistas evidencia um choque acadêmico de percepções distintas sobre a possibilidade de uso da Bíblia Hebraica como documentação histórica para a antiguidade de Israel e Judá.

MAXIMALISTAS E MINIMALISTAS: CONTRIBUIÇÕES E CRÍTICAS

Os maximalistas consideram as informações contidas na Bíblia Hebraica fidedignas, de maneira geral. Para os adeptos desse grupo, excetuando-se os textos e narrativas que contém um forte caráter mítico e fantasioso, o grosso das informações trazidas pelo texto bíblico poderiam ser consideradas históricas, convertendo-as assim em uma linguagem “academicamente aceitável” (REDE, 2021). Ademais, os maximalistas entendem que o arcabouço cronológico trazido pela Bíblia Hebraica (Patriarcas, Êxodo, Juízes etc.) coincide com a História Antiga de Israel e Judá (ZABATIERO, 2013, p. 36; LIVERANI, 2008, p. 441). Com isso, muitos manuais de História de Israel que são frutos de autores maximalistas propõe uma “uma paráfrase racionalista do texto bíblico” (BERLESI e PFOH, 2013, p. 70)³. Por fim, outra crença de muitos pesquisadores que compõe o grupo maximalista é que os textos bíblicos foram escritos no momento ou, na pior das hipóteses, poucos anos depois, dos referidos acontecimentos por eles registrados. Com isso, tais textos se constituiriam como documentações primárias.

³ Um exemplo disso é o livro “História de Israel” de John Brighth. Por mais que o autor se proponha a analisar a História de Israel e Judá de forma crítica, vemos no seu texto, basicamente, uma paráfrase racionalista do texto bíblico.

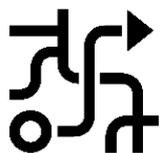


Um ponto que vale a pena ser ressaltado é que não podemos confundir os maximalistas com os fundamentalistas. Os fundamentalistas defendem integralmente as informações trazidas pela Bíblia Hebraica, inclusive as passagens míticas. Os maximalistas, apesar de se colocarem como adeptos da historicidade do texto bíblico, buscam aplicar a ele o mínimo de crítica histórica. Uma importante contribuição desse grupo foi a aproximação que eles fizeram da arqueologia. Por mais que os arqueólogos maximalistas tenham buscado usar da arqueologia para comprovar aquilo que o texto bíblico trazia (KAEFER, 2015, p. 12)⁴, a aproximação entre arqueologia e pesquisa histórica sobre Israel e Judá foi fundamental, sobretudo num segundo momento onde a arqueologia se tornou mais crítica para com essa temática.

Os minimalistas, diferente dos maximalistas, entendem que o texto bíblico não poderia ser usado como documentação histórica confiável para a pesquisa histórica referente a antiguidade de Israel e Judá, porque os textos teriam sido postos por escritos anos ou séculos depois dos supostos acontecimentos que eles se referem, constituindo-se assim como documentos secundários: “O AT não é uma fonte primária da história do Antigo Israel, pois não está preservado em condição que fisicamente remonta ao tempo descrito em sua literatura histórica” (LEMCHE, 1998, p. 24). No que tange ao período do Primeiro Templo, por exemplo, os textos bíblicos não poderiam, dentro dessa perspectiva, trazer nenhuma informação confiável, visto que eles teriam sido escritos no período pós-exílico (KAEFER, 2015, p. 14). Os minimalistas buscavam escrever uma História de Israel e Judá apenas com os achados arqueológicos, visto que o texto bíblico seria altamente ideológico.

Um ponto importante que deve ser considerado no que tange aos minimalistas é que o seu pessimismo e ceticismo metodológico em muito contribuíram para a análise acadêmica em torno da Antiguidade de Israel e Judá. Segundo o estudioso bíblico britânico Philip R. Davies, o historiador que se debruça sobre o estudo da antiguidade de Israel e Judá deve ser “cético, minimalista e pessimista” (GRABBE, 1997, p. 122). O ceticismo minimalista fez com que a pesquisa acadêmica deixasse de ver a Bíblia Hebraica como um texto inerrante e incontestado e passasse a vê-la como um produto humano, fruto do momento histórico que o produziu e das ideologias que estavam em

⁴ Um exemplo dessa tentativa de uso da arqueologia para provar o texto bíblico é o livro “E a Bíblia tinha razão” de Werner Keller.



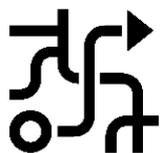
voga no momento da produção textual. Outro ponto importante a ser destacado é que os minimalistas não tinham receio de apontar que algumas informações trazidas pelo texto bíblico não eram históricas. Isso contribuiu para que a Bíblia Hebraica, academicamente, perdesse a aura de inerrância histórica⁵.

Mas, existem críticas acadêmicas para as duas posições- minimalistas e maximalistas- visto que elas foram consideradas, em algum modo, como reducionistas:

As duas posições [maximalista e minimalista] são difíceis de manter: a posição maximalista é contrária à deontologia do historiador; quanto à posição minimalista, ela despreza o fato de que os textos bíblicos, por mais ideológicos que sejam, podem guardar traços de acontecimentos históricos e acontecimentos antigos. (RÖMER, 2016, p. 21)

Como sintetizado por Römer, uma crítica que pode ser feita aos maximalistas está no fato de muitos pesquisadores oriundos desse grupo buscarem usar da arqueologia para comprovar a todo custo as informações trazidas pelo texto bíblico, o que empobrece a pesquisa arqueológica. Outra crítica que pode ser feita a esse grupo é o fato de desconsiderarem que algumas informações trazidas pela Bíblia Hebraica não podem ser historicamente verificadas, tal como o reino unido de Israel e Judá governado por Davi e Salomão. Nesse sentido, o texto bíblico tem alguns problemas quanto a sua utilização irrestrita como documentação histórica, pois ele traz algumas informações que não são consideradas históricas.

⁵ Para Mendonça (2015, p. 29-31), existiria uma via alternativa aos maximalistas e aos minimalistas na historiografia: a vista a partir do centro, os chamados “centristas”. O arqueólogo Israel Finkelstein faz parte dessa escola de pensamento: “Este grupo de estudiosos tem adotado como período de redação [...] grande parte do Pentateuco e muito da História Deuteronomista, bem como partes dos livros proféticos, como Oséias, Amós, Miquéias, Sofonias, etc., o período tardio da monarquia ou o período exílico” (MENDONÇA, 2015, p. 30). Então, diferentemente dos minimalistas, que consideram a redação dos textos bíblicos como tardios, essa escola de pensamento entende que o contexto vital de produção de tais textos ainda foi o período do Primeiro Templo. Sendo assim, eles podem conter informações históricas importantes sobre o referido período histórico (KAEFER, 2015, p. 20-21). Mas essa escola de pensamento não dispensa o alto índice de ideologia presente em tais textos. Se, de um lado, os pesquisadores dessa linha divergem dos minimalistas, de outro, também divergem dos maximalistas, pois, diferentemente de alguns grupos conservadores, que entendem que o início da escrita em Israel e Judá ocorreu no século X a.C., defendem que isso se deu apenas na passagem do século VIII a.C. para o VII a.C.: “Este grupo se baseia nos avanços da tecnologia do 14C, Carbono 14, utilizado para identificar e estabelecer a datação das evidências arqueológicas, a fim de se ter uma precisão maior nas datas [...] Esta nova perspectiva da arqueologia a partir da nova cronologia da história bíblica permite aos exegetas bíblicos recontar a história de Israel” (MENDONÇA, 2015, p. 30).

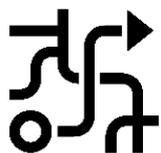


Por fim, outra crítica que pode ser feita aos maximalistas paira na questão da datação textual e no entendimento da Bíblia Hebraica como fonte primária. Sabemos, pela arqueologia, que a escrita só surgiu em Israel e Judá em meados do século VIII a.C. (FINKELSTEIN, 2015). Então, os textos bíblicos não poderiam ser considerados fontes primárias para o período de reinado de Davi, por exemplo, que reinou no século X a.C. Então, o entendimento da Bíblia Hebraica como uma fonte primária de forma irrestrita deveria ser repensado.

No que tange aos minimalistas, uma primeira crítica que poderíamos fazer a eles está no fato de muitos pesquisadores desse grupo defenderem que os textos bíblicos pouco, ou nada, serviriam para a análise histórica do chamado período do Primeiro Templo. Existem fontes extrabíblicas que confirmam alguns relatos de textos bíblicos. Por exemplo, a estela do soberano assírio Salmanassar III (858-824) fala de uma coalizão antiassíria de diversos reinos levantinos no século IX a.C. Essa estela também menciona que o rei israelita Acab foi um dos principais líderes da referida coalizão, liderando cerca de dez mil soldados com duas mil bigas. Como aponta Kaefer (2015, p. 15), “essas informações têm grande paralelo em 1Rs 16-2Rs 12, evidentemente apresentadas com outro enfoque, mas que não poderiam simplesmente ter sido inventadas do nada pelo redator”. Isso demonstra que muitos relatos bíblicos tem suas informações confirmadas por documentos extrabíblicos⁶.

Outra crítica aos minimalista está no seu entendimento sobre o uso da Bíblia Hebraica como documentação secundária para a História de Israel e Judá. Tal informação depende do que o pesquisador de propõe estudar. Nem todos os textos bíblicos foram escritos no período pós-exílico (KESSLER, 2010, p. 43). Alguns foram no século VII a.C., em Judá, como a primeira parte da historiografia deuteronomista (RÖMER, 2008), e outros no final do século VIII a.C., em Israel, como alguns fragmentos da tradição de Jacó, entre outros textos (KAEFER, 2017). Se, por exemplo, estuda-se o período de reinado de Josias, no século VII a.C., os textos da historiografia deuteronomistas são documentos primários sobre esse período histórico, pois dizem muito sobre o contexto em que foram

⁶ “Apesar de seu caráter ficcional de influência teológica, os textos bíblicos contêm informações confiáveis. Uma série de acontecimentos desde a época da monarquia é atestada por fontes extrabíblicas. Há coincidências não somente nos dados gerais, mas surpreendentemente também em muitos aspectos singulares quando se analisam os textos bíblicos e extrabíblicos de forma crítica” (KESSLER, 2010, p. 35).



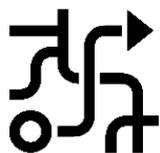
escritos. Mesmo que as narrativas que tais textos trazem remetam a um período anterior, o texto em si pode ser considerado uma documentação primária.

Levando em consideração os debates em torno dos minimalistas e dos maximalistas, consideramos necessário o seguinte apontamento: como dissemos anteriormente, um fator fundamental para a pesquisa histórica, além da documentação, são as metodologias de análise da documentação. O que muitas vezes falta, ao nosso ver, em algumas premissas defendidas pelos minimalistas e maximalistas é uma definição apurada sobre a metodologia de análise que será empregada, assim como a delimitação do que se quer estudar. Com uma metodologia eficiente de análise documental, o texto bíblico - assim como outras documentações históricas do Levante antigo - pode ser empregado como documentação útil para o historiador. Não se trata de aceitar, tal como propõe os maximalistas, de forma ampla as informações trazidas pelo texto bíblico ou de rejeitá-las irrestritamente, como propõe alguns minimalistas. Devemos considerar, a partir da metodologia de análise, as informações trazidas pelo texto bíblico, até mesmo aquelas que não são historicamente verificadas, e buscar delas extrair informações pertinentes para o período por nós estudado⁷.

Outrossim, como vimos, a consideração do texto bíblico como documentação primária ou secundária depende do período histórico estudado. Ou seja, não devemos taxar o texto bíblico, de forma arbitrária como documentação primária ou secundária, mas deve-se analisar caso por caso que vai se apresentando a nós no desenrolar da pesquisa. Assim, o historiador não incorrerá no perigo do anacronismo ou das generalizações arbitrárias:

[a pesquisa bíblica] não exige uma atitude de 'ame-o ou deixe-o'. Dois séculos de erudição bíblica nos mostraram que o material bíblico deve ser avaliado capítulo por capítulo e, às vezes, versículo por versículo. A Bíblia inclui materiais não históricos, quase históricos e históricos que ocasionalmente aparecem muito perto um do outro (FINKELSTEN e SILBERMAN, 2003, p. 458).

⁷ "Para concluir: como uma fonte histórica, a Bíblia Hebraica é da 'mesma' natureza e qualidade que quaisquer outros textos do antigo Oriente Próximo. Isso tem a consequência drástica de que, se renunciarmos ao uso da Bíblia Hebraica com base no fato de que ela é tardia e ficcional, teremos que fazer o mesmo com a maioria das fontes antigas. Se não queremos fazer isso, teremos que aceitar, para o bem ou para o mal, a Bíblia Hebraica não somente como uma fonte necessária, mas também como a mais importante fonte para o nosso conhecimento da história da Palestina na Idade do Ferro. Negar isso não somente é ser indevidamente hipercrítico, mas é também baseado em uma visão positivista da história que atualmente está deploravelmente ultrapassada." (BARSTAD, 1998, p. 127)

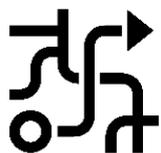


Com base no que foi discutido nessa seção, entendemos que o historiador precisa assumir seu lugar de proeminência e fazer a documentação falar não somente aquilo que está explícito, mas também o que está implícito no texto. Isso pode ser feito por meio de uma aplicação metodológica eficaz. Assim, a Bíblia Hebraica poderá ser um - não o único - instrumento eficaz para a pesquisa histórica da antiguidade de Israel e Judá.

USO DA BÍBLIA COMO DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Como supramencionado, a documentação histórica constitui uma peça fundamental em qualquer pesquisa histórica, visto que a historiografia moderna se constituiu como saber inferencial sobre as sociedades, “fundado na crítica das fontes” (REDE, 2021 [s.p.]). A historiografia especializada tem, nos últimos anos, debatido demasiadamente sobre a possibilidade de uso da Bíblia Hebraica como documentação histórica para a História de Israel e Judá na antiguidade. A dificuldade em se tratarem os textos bíblicos como fonte histórica está, sobretudo, no fato de a Bíblia Hebraica ser considerada um texto sagrado para o judaísmo e para o cristianismo. É verdade que alguns documentos usados pelos historiadores para o estudo de outras sociedades antigas também eram textos sagrados naquelas sociedades particulares, tais como o Livro dos Mortos no Egito ou as preces aos deuses sumérios (REDE, 2021). Todavia, tais religiões são classificadas como “mortas” e, diferentemente da Bíblia, não há um sentimento religioso coletivo contemporâneo em torno de tais textos, o que facilita o seu manuseio pelos pesquisadores sem que sejam acusados de serem fundamentalistas ou militantes antirreligiosos: “A sacralização dos textos bíblicos criou obstáculos ao seu estudo fora do domínio teológico” (REDE, 2021 [s.p.]).

O fato de o texto bíblico ser um livro sagrado para religiões presentes em nossa sociedade faz que o historiador tenha de ter um cuidado na utilização dos textos bíblicos como documentação histórica. O pesquisador não pode entender o texto bíblico como sagrado e inerrante dentro da perspectiva histórica. Ele deve ser tratado como qualquer outra documentação histórica, digno de refutação e comprovação: “Para o historiador profissional a Bíblia não pode ser vista como um documento especial, dotado da revelação de Deus. Todas as fontes envolvidas no fazer historiográfico devem sempre ser vistas como um relato parcial e limitado do passado” (BERLESI, 2018, p. 48-49). Somente com

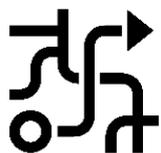


o entendimento do texto bíblico como um produto humano, que ele poderá ser usado na análise histórica.

O fato de os textos bíblicos serem ideológicos, como bem apontaram os minimalistas, não constitui base suficiente para que o mesmo seja rejeitado como documentação histórica. O historiador que trabalha com antiguidade deve, em muitas situações, lidar com documentações que foram produzidas objetivando exaltar um rei, uma divindade ou uma casa dinástica, por exemplo. Nesse sentido, tais textos são tão ideológicos quanto a Bíblia Hebraica. Então, se por um lado, o texto bíblico não pode ser entendido na pesquisa histórica como inerrante, o fato de ser tido como texto sagrado e por ser um texto ideológico não deve constituir uma maior dose de desconfiança para com ele, gerando uma espécie de “bibliofobia”. O texto bíblico deve ser tratado como qualquer outra documentação da antiguidade, nem mais e nem menos⁸.

Equívocos quanto ao entendimento do valor do texto bíblico como documentação histórica são, muitas vezes, gerados pela falta de entendimento dos documentos da antiguidade, de uma maneira geral. No mundo antigo, a compreensão de História era totalmente diferente da que temos atualmente. Então, não raramente vemos textos antigos se referindo a intervenção dos deuses, excluindo propositalmente nomes de soberanos de listas reais, etc. Atualmente, um historiador não escreveria sobre um período histórico a partir de tais pressupostos. Mas, não devemos retroprojetar para a antiguidade nossos dogmas metodológicos, e saber lidar com paradigmas de escrita que lhe são adversos.

⁸ Desse modo, embora afirmem [alguns historiadores] tratar a Bíblia como qualquer outra fonte, na maior parte dos casos tratam-na com uma maior dose de desconfiança do que a empregada no trato de fontes judaico-cristãs. Por exemplo, assume-se, sem problematização, o princípio interpretativo de que uma afirmação constante no texto bíblico só tem validade corroborada por evidência não bíblica. Princípio válido desde que aplicado igualmente aos textos não bíblicos, aos achados epigráficos ou ‘aos restos materiais’, algo, porém, que quase nunca se faz, dado que a fidedignidade dos textos não bíblicos é aceita com muito mais facilidade” (ZABATIERO, 2013, p. 35). A crítica proposta por Zabatiero (2013) é muito pertinente, pois, muitas vezes, há uma carga crítica demasiada sobre as informações bíblicas, enquanto os achados epigráficos são tidos como verdades absolutas. Mas os textos produzidos por outras sociedades do Oriente Próximo Antigo são, tal como a Bíblia Hebraica, por vezes fortemente ideológicos. Um exemplo é a Estela de Kurh de Salmaneser III, na qual o rei assírio se vangloria de ter vencido a coalizão antiassíria encabeçada por Israel e Damasco (MENDONÇA, 2017, p. 18), porque, “embora o grande Salmanasar tenha clamado vitória, o resultado prático dessa confrontação fala mais alto que a gabolice real [...] Salmanasar regressou, de imediato, à Assíria e, pelo menos o avanço das tropas para oeste foi bloqueado durante algum tempo”. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p. 247). Isso demonstra que mesmo os demais documentos contêm imprecisões, e o historiador, ao lidar com eles, deve sempre recorrer a um aparato metodológico crítico.



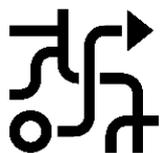
Para Huizinga (1936, p. 2), história e historiografia podem ser definidas da seguinte forma: “A História é a forma intelectual no qual uma civilização presta contas do seu passado a si própria”. Então, na antiguidade, cada povo falou sobre sua percepção histórica dentro dos pressupostos presentes em sua sociedade. O historiador contemporâneo precisa saber lidar com tais questões e por meio de uma metodologia, recolher da documentação as informações que lhe são pertinentes.

Com base no que foi acima exposto, a Bíblia Hebraica é o repositório textual onde o historiador dispõe de mais informações sobre a antiguidade de Israel e Judá. Por mais que existam outros documentos extrabíblicos que citem Israel e Judá, a Bíblia Hebraica é o meio pelo qual dispomos de mais informações sobre essas sociedades na antiguidade. Por conta dessa centralidade, o historiador pode recorrer ao texto bíblico em sua pesquisa histórica sobre Israel e Judá, pois sua exclusão seria metodologicamente incorreta:

Mesmo que fosse possível escrever uma história (social) de Israel sem referência à Bíblia Hebraica, isso não seria fundamentável a partir de um ponto de vista histórico-metodológico. Pois nenhuma historiografia pode prescindir por completo de uma parte de suas fontes. Ela deve analisá-las criticamente. E sobre os resultados das análises pode-se discutir os casos concretos. Mas não há motivo para excluir de forma geral os textos do Antigo Testamento da reconstrução da história social de Israel. Deve-se, obviamente, analisar o caráter teológico, o tipo de respectivos textos e o seu surgimento histórico. (KESSLER, 2010, p. 46)

Ao empregar o texto bíblico como documentação histórica o historiador deve, sempre que possível, comparar as informações trazidas pelos textos bíblicos com a documentação extrabíblica. Isso proporcionará uma maior solidez na informação histórica, visto que serão dois documentos distintos atestando a mesma coisa, mesmo que de modo diferente. Essa relação não deve ser de submissão, mas de equiparação, uma vez que o historiador deve fazer um verdadeiro confronto de informações entre os textos bíblicos e as fontes extrabíblicas. Isso abre ao historiador um arcabouço documental muito importante para a sua pesquisa. Caso haja uma contradição, o historiador deve buscar outros referenciais - seja por meio de outros documentos ou da arqueologia⁹ - para testificar qual informação está mais próxima da realidade histórica.

⁹ No início do século XX, sobretudo em meios maximalistas, arqueologia e texto bíblico andavam de mãos dadas. A primeira era constantemente usada para tentar provar o que estava escrito no último. Ao longo do tempo, a arqueologia foi adquirindo um profundo refinamento nas suas

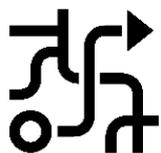


Outro ponto que deve estar presente em qualquer metodologia de análise documental que se proponha em analisar o texto bíblico é a consideração ao contexto histórico em que um determinado texto foi produzido. Ao determinarmos qual a origem histórica e social de um determinado texto, poderemos mapear os agentes que estava por traz da composição dos mesmos (GRABBE, 1997, p. 104).

Uma ferramenta que pode ajudar o historiador nessa tarefa é a exegese bíblica, pois ela pode auxiliar o pesquisador no melhor entendimento da relação entre o texto e o contexto que o produziu, pois no que tange a pesquisa histórica, a compreensão da origem contextual da documentação histórica que se pretende analisar é um fator preponderante da pesquisa, e isso não é diferente na pesquisa histórica da antiguidade de Israel e Judá: “não há nenhum texto da Bíblia Hebraica que possa ser levantado fora de seus contextos sociais e formas literárias, sem perda irreparável tanto de seu significado original como de sua potência para falar de maneira significativa para nós” (GOTTWALD, 1988, p. 421). Assim, deve-se sempre levar em conta o *Sitz im Leben*, ou seja, o contexto vital, o período em que o texto foi escrito, os grupos que o compuseram e os objetivos e interesses ideológicos que fundamentaram a sua produção, tudo isso para que a compreensão histórica dos textos não seja prejudicada e para que possamos dele extrair o máximo possível de informações históricas.

É preciso empreender não apenas um movimento de inclusão da Bíblia Hebraica na História, no sentido de ela ser entendida como uma documentação pertinente para o

técnicas de pesquisa e datação, o que lhe garantiu uma “aura de ciência exata” (NA’AMAN, 2010, p. 166) e fez com que os resultados por ela obtidos fossem considerados muito dignos de confiabilidade. Se, por um lado, a pesquisa arqueológica ganhou espaço, a Bíblia Hebraica passou a ser desconsiderada, por muitos pesquisadores, sobretudo de vertente mais minimalista, como documentação histórica confiável, em detrimento dos dados arqueológicos, uma vez que, em muitas situações, a arqueologia desmentia o texto bíblico. Porém, o arqueólogo Navdav Na’aman (2010, p. 167) considera que o melhor caminho metodológico não seja a substituição do texto bíblico pelos achados arqueológicos, pois os achados necessitam de interpretação histórica e, muitas vezes, o texto bíblico pode ajudar a interpretar os achados arqueológicos. Um exemplo disso foram os achados arqueológicos em Kiriath-Jearim, que, com a ajuda do texto bíblico, foram relacionados ao Templo da Arca da Aliança no período de Jeroboão II (FINKELSTEIN, NICOLLE & RÖMER, 2020). Levando isso em consideração, Na’aman conclui: “A confiança exclusiva em apenas um deles [arqueologia e texto bíblico] pode produzir uma imagem distorcida. Somente o uso hábil de ambos pode levar a uma avaliação equilibrada da realidade antiga” (NA’AMAN, 2010b, p. 183, grifo nosso). Então, não se deve escolher entre arqueologia ou texto bíblico ou submeter um ao outro. Mas, o melhor caminho metodológico parecer ser a complementaridade.

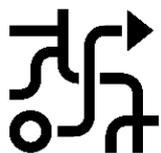


historiador, mas também de inclusão da História na Bíblia Hebraica – isto é, é imprescindível que os textos bíblicos sejam entendidos a partir do contexto histórico em que foram produzidos e não como um “dado revelado” (REDE, 2021). O historiador deve exercer seu papel crítico¹⁰, o de aquele que extrai da documentação as informações do período histórico por ele estudado. A produção de qualquer documento deve ser entendida como uma obra humana, e as causas que levaram a cabo sua produção deve ser levada em conta na pesquisa acadêmica (BLOCH, 1949, p. 43). Assim, a pesquisa histórica, tendo como base os textos bíblicos, poderá ser muito frutífera para o entendimento social, político, econômico e religioso dos antigos Israel e Judá se os historiadores entenderem o lugar social e histórico de produção dos seus textos e, assim, será possível extrair deles informações pertinentes.

Levando em consideração todo debate acima elucidado sobre a necessidade de compreender o texto em seu contexto de origem, faz-se necessário um apontamento sobre a diferenciação entre tempo da narrativa e tempo do narrado. Tempo da narrativa faz referência ao momento histórico em que um texto foi escrito. Já o tempo do narrado faz referência ao tempo em que os supostos acontecimentos narrados pelo texto se passaram. Considerando essa distinção, podemos compreender que um determinado texto escrito, por exemplo, no século VII a.C., vai trazer muitas informações sobre o contexto histórico em que ele foi produzido, por mais que esteja se referindo, em sua narrativa, a um período histórico precedente (KESSLER, 2010, p. 37-38).

Para a pesquisa histórica referente a antiguidade de Israel e Judá essa diferenciação é muito importante. Um determinado texto tem muito a falar sobre o período em que ele foi escrito. Cabe ao historiador extrair essas informações do texto. Uma narrativa bíblica pode, por exemplo, trazer informações sobre a configuração econômica, social, política e ideológica do momento em que foi escrito. O historiador precisa fazer o documento falar para coletar dele tais informações (CARMO, 2023, p. 50-51).

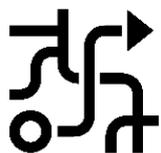
¹⁰ “Suponho que uma abordagem materialista seja mais ou menos aceita por aqueles que se interessam pela história bíblica, bem como pela arqueologia bíblica, supondo que as configurações históricas e culturais de alguma forma esclarecem os produtos ideológicos. No entanto, permanece uma corrente idealista muito forte em muitos estudos bíblicos, derivando de raízes filosóficas ocidentais ou (mais provavelmente) de crenças teístas. A história bíblica como disciplina sempre foi metodologicamente fraca, mas filosoficamente talvez ainda mais fraca, e um debate sobre os pressupostos filosóficos subjacentes às abordagens modernas da história do antigo Israel e Judá está muito atrasado” (DAVIES, 1998, p. 133, grifo nosso).



Com base nisso, mesmo textos altamente mitológicos e fantásticos, assim como textos que trazem informações que a historiografia classifica como não sendo historicamente verificados também podem ser objetos de informações valiosas, se entendidas dentro do seu contexto formativo. Se, por exemplo, chegamos à conclusão de que o reino unido de Israel e Judá não pode ser historicamente verificado, o fato dele estar presente no texto bíblico indica que houve o surgimento de uma ideologia que pregava a existência de tal reino. Quando surgiu essa ideologia? quem está por traz dela? quais foram os agentes da mesma? quais eram os objetivos para o surgimento dessa ideologia? São perguntas que certamente podem conduzir a pesquisa histórica, visto que os textos bíblicos não foram escritos “ao acaso”, mas todos tem uma razão de ser histórica ou ideológica e isso interessa muito ao historiador. Se, não é possível encontrar a referência histórica de uma narrativa bíblica, certamente é possível encontrar uma referência ideológica. Tanto um, quanto outro - e as vezes os dois juntos, pois história e ideologia não se excluem - são informações a serem lidas nas entrelinhas do texto pelo historiador. Com uma metodologia de análise, qualquer texto bíblico pode ser usado como documentação histórica (CARMO, 2023, p. 52).

Um ponto complementar no debate sobre o uso da Bíblia Hebraica como documentação histórica para a questão da interdisciplinaridade. Como dissemos anteriormente, o estudo sobre a História de Israel e Judá foi, durante muito tempo, efetuado por teólogos e arqueólogos. A História é uma ciência aberta a interdisciplinaridade e muitos dos pressupostos trazidos pela arqueologia e pela teologia podem colaborar com o historiador no melhor entendimento da antiguidade de Israel e Judá, bem como na utilização do texto bíblico como documentação histórica. A arqueologia certamente contribui no que tange aos achados arqueológicos de materiais - escritos e não escritos - que ao serem comparados com a documentação bíblica, fornecem um quadro privilegiado sobre os acontecimentos do Levante antigo¹¹. Já no que tange a teologia, a exegese crítica dos textos feita por teólogos pode colaborar com o melhor entendimento de quando e por quê um determinado texto foi escrito. Ou seja, a exegese é um fator importante na compreensão do texto bíblico como documentação histórica.

¹¹ A contribuição da arqueologia não pode ser verificada apenas nos estudos referentes a antiguidade de Israel e Judá. Nos estudos acadêmicos sobre a antiguidade de modo geral, a arqueologia é uma importante aliada do historiador da antiguidade no que tange ao fornecimento e a compreensão da documentação para o mundo antigo (FUNARI, 2021).



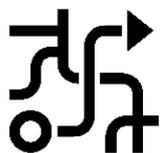
História, arqueologia e teologia podem, em muitos quesitos, colaborar com a melhor compreensão sobre a antiguidade de Israel e Judá.

Concluindo, consideramos que o historiador deve assumir seu protagonismo metodológico na análise da História Antiga de Israel e Judá. Esse protagonismo parte da aplicação metodológica de pesquisa com o objetivo de extrair do documento o maior número de informações possíveis. Mas, para isso, questões como: datação dos textos bíblicos que se pretende usar como documentação; correlação do texto com seu contexto e comparação entre informações bíblicas e extrabíblicas são pontos de partida para o uso da Bíblia Hebraica como documentação histórica. Se pegarmos a historiografia como um todo, tais pressupostos já são usados pelos historiadores para tratar suas fontes. Isso também deve ser aplicado a Bíblia Hebraica, num movimento de trazer os avanços metodológicos e científicos da História, como um todo, também para a pesquisa histórica da antiguidade de Israel e Judá. Certamente, essa ampliação metodológica proporcionará muitos ganhos para as pesquisas efetuadas nas referidas temporalidades (CARMO, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação histórica constitui um dos principais pilares do trabalho do historiador. Por meio da análise documental, o pesquisador consegue analisar de modo crítico alguns pressupostos sociais, políticos e econômicos de sociedades antigas. Mas, diferente de uma perspectiva positivista, a historiografia contemporânea tem considerado uma ampliação do entendimento de documentação, uma vez que praticamente tudo pode ser considerado documento histórico, pois a partir de uma metodologia de análise, o historiador consegue extrair informações pertinentes sobre o passado de textos, imagens, tradições orais, etc. Outro ponto muito importante da pesquisa histórica contemporânea para no protagonismo do historiador, visto que ele é entendido como um agente ativo que faz o “documento falar”. Não somente as informações que estão explícitas, mas também as implícitas.

Levando tal premissa em consideração, o historiador que se debruça sobre a História de Israel e Judá na antiguidade não pode desconsiderar o texto bíblico. Se, tudo pode ser entendido como documentação, o texto bíblico também pode ser considerado como tal. Apesar das dificuldades inerentes a essa documentação, o historiador precisa



fazer valer sua centralidade metodológica para, assim, extrair informações pertinentes do texto bíblico. Para tanto, metodologias de análise são importantes. Em tais metodologias, três pontos devem ser considerados: 1- Comparação, sempre que possível, entre os textos bíblicos e documentação extrabíblica. 2- Contextualização dos textos bíblicos, entendendo o contexto em que foram escritos bem como os grupos que estavam por traz dessa escrita. 3 - A diferenciação entre tempo da narrativa e tempo do narrado. Tais pontos podem servir como ponto de partida para a melhor compreensão do texto bíblico como documentação.

Com a inclusão de historiadores nos debates em torno da História de Israel e Judá, acreditamos que cada vez mais será evidente esse movimento de traduzir os pressupostos metodológicos da História para o melhor entendimento da antiguidade de Israel e Judá. Isso proporcionará uma interdisciplinaridade com a arqueologia e com a teologia, que já estão produzindo muito sobre essa temática histórica. A contribuição arqueológica para o quesito do fornecimento de materiais e fontes extrabíblicas. Já a teologia, pode em muito contribuir no que tange a exegese dos textos e na contextualização dos mesmos. Esse movimento metodológico interdisciplinar certamente logrará ganhos indispensável para que o historiador pense a antiguidade de Israel e Judá.

REFERÊNCIAS

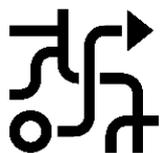
BIBLIOGRAFIA

ARÓSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.

BARSTAD, Hans M. The Strange Fear of the Bible: Some Reflections on the 'Bibliophobia' in Recent Ancient Israelite Historiography. In: GRABBE, Lester L. (Ed.) *Leading Captivity Captive: The exile as History and Ideology*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1998, p. 120-128.

BARROS, José d'Assunção. *Fontes históricas: uma introdução aos seus usos historiográficos*. Histórias e Parcerias: Anpuh, 2019.

BERLESI, Josué. A influência bíblica na interpretação da história: conservações sobre o conservadorismo no estudo acadêmico da História Antiga de Israel. *Revista Jesus Histórico*, v. 11, n. 21, p. 47-57, 2018.



BERLESI, Josué. Conservadorismo versus Progressismo: apontamentos sobre a historiografia do Israel antigo. *Revista Eletrônica Antiquidade Clássica*, v. 10, p. 44-54, 2015.

BERLESI, Josué; PFOH, Emanuel. A História Antiga de Israel e os novos horizontes de pesquisa. In: POZZER, Kátia Maria Paim; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira; PORTO, Vagner Carneiro. (Orgs.) *Um outro mundo antigo*. São Paulo: Annablume, 2013.

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: *Apologia da História ou O ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001, pp. 51-68.

BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Colin: Paris, 1949.

CARMO, Matheus da Silva. *Israel e Judá como um só povo: a formação da ideologia pan-israelita entre os séculos VIII a.C. e VI a.C.* Orientador: Denise da Silva Menezes do Nascimento. 2023. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/15255>. Acesso em: 5 jul. 2023.

DAVIES, Philip. Exile? What Exile? Whose Exile? In: GRABBE, Lester L. (Ed.) *Leading Captivity Captive: The exile as History and Ideology*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1998, p128-139.

FEBVRE, Lucien. Vers une autre histoire. *Revue de métaphysiques et de morale*, n. 58, p. 419-38, 1949.

FINKELSTEIN, Israel. *O Reino esquecido: Arqueologia e História de Israel Norte*. São Paulo: Paulus, 2015.

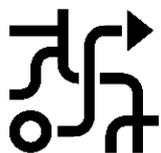
FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa, 2003.

FINKELSTEIN, Israel; NICOLLE, Christophe; RÖMER, Thomas. Archaeological Excavations at Kiriath-jearim and the Ark Narrative in the Books of Samuel 1. In: KHALAILY, Hamoudi; RE'EM, Amit; VARDI, Jacob; MILEVSKI, Ianir. (Eds.) *The Mega Project at Motza (Moza): The Neolithic and Later Occupations up to the 20th Century – New Studies in the Archaeology of Jerusalem and Its Region. Supplementary Volume*. Jerusalem: The Israel Antiquities Authority, 2020.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. *Arqueologia e os Estudos Clássicos*. 2021. 1 vídeo (15 m49s). Publicado pelo canal USPFFLCH. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zopbnn84qpw&t=16s>. Acessado em: 05/07/2023.

GOTTWALD, Norman K. *Introdução Socioliterária à Bíblia Hebraica*. 2ª Ed. São Paulo: Paulus, 1988.

GRABBE, Lester L. *Can a 'History of Israel' Be Written?* Sheffield: Sheffield Academic Press, 1997.



HUIZINGA, Johan. *A definition of the concept of History*. In: KLIBANSKY, Raymond; PATON, Herbert J.; CASSIRER, Ernst (Eds). *Philosophy and History: Essays Presented to Ernst Cassirer*. New York, 1936, p. 1-10.

KAEFER, José Ademar. *A Bíblia, a arqueologia e a História de Israel e Judá*. São Paulo: Paulus, 2015.

KAEFER, José Ademar. A Bíblia começou em Israel Norte – Gênesis 49, 13-(18) 24a. *PLURA – Revista de Estudos de Religião*, v. 8, n. 2, p. 138-153, 2017.

KESSLER, Rainer. *História social do Antigo Israel*. Paulinas: São Paulo, 2010.

LEMICHE, Niels Peter. *The Israelites in history and tradition*. Westminster: John Knox Press, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LIVERANI, Mário. *Para além da Bíblia: história antiga de Israel*. São Paulo: Paulus, 2008.

MENDONÇA, Élcio Valmiro. O novo paradigma arqueológico e os estudos bíblicos. *The New Biblical Archeological Paradigm. VOICES: Theological Journal of EATWOT, Ecumenical Association of Third World Theologians*. New Series, v. 38, n. 3-4, 2015.

NA'AMAN, Nadav. Does Archaeology Really Deserve the Status of a “High Court” in Biblical Historical Research? In: BECKING, Bob; GRABBE, Lester L. (Eds.) *Between Evidence and Ideology*. Leiden: Brill, 2010, p. 165-183.

REDE, Marcelo. A Bíblia pode ser considerada um documento histórico? *Jornal da USP* [online] 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/a-biblia-pode-ser-considerada-umdocumento-historico/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

RÖMER, Thomas. *A chamada História Deuteronomista: introdução sociológica, histórica e literária*. Petrópolis: Vozes, 2008.

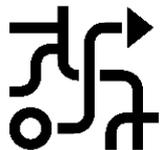
RÖMER, Thomas. *A origem de Javé: o Deus de Israel e seu nome*. São Paulo: Paulus, 2016.

SILVA, Airton José. *Pode uma história de Israel ser escrita?* Ayrton's Biblical Page [s.l.] [s.d.] disponível em: <https://airtonjo.com/site1/minimalistas.htm>. Acesso em: 11 fev. 2023.

ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares. *Uma história cultural de Israel*. São Paulo: Paulus, 2013.

FONTES

BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém*. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.



Recebido em 28/04/2023

Aprovado em 05/07/2023